

COMPENSAÇÃO FINANCEIRA AOS MUNICÍPIOS AFETADOS POR RESERVATÓRIOS E RESTRIÇÕES LEGAIS DE USO DO SOLO

CONTEXTO GERAL

- Projeto FEHIDRO elaborado em conjunto com a Secretaria Estadual de Recursos Hídricos e o CONDEMAT+
- Lei 9.866/97 e Lei Específica 15.913/15
- Contratação da FIPE

INFORMAÇÕES

- **Nº do contrato FEHIDRO: 281/2018**
- **Início do projeto: 13/11/2018**
- **Término do projeto: 21/10/2022**

CONTEXTO TERRITORIAL

A **Bacia do Alto Tietê** abriga importantes sistemas produtores de água para a Região Metropolitana, com municípios inseridos em **Áreas de Proteção e Recuperação de Mananciais (APRMs)**.

Esses territórios desempenham **função estratégica para o abastecimento público**, sendo submetidos a *restrições legais quanto ao uso e ocupação do solo*.

CONSEQUÊNCIA

Parte significativa do território municipal fica condicionada a regras mais restritivas, voltadas à proteção dos recursos hídricos.

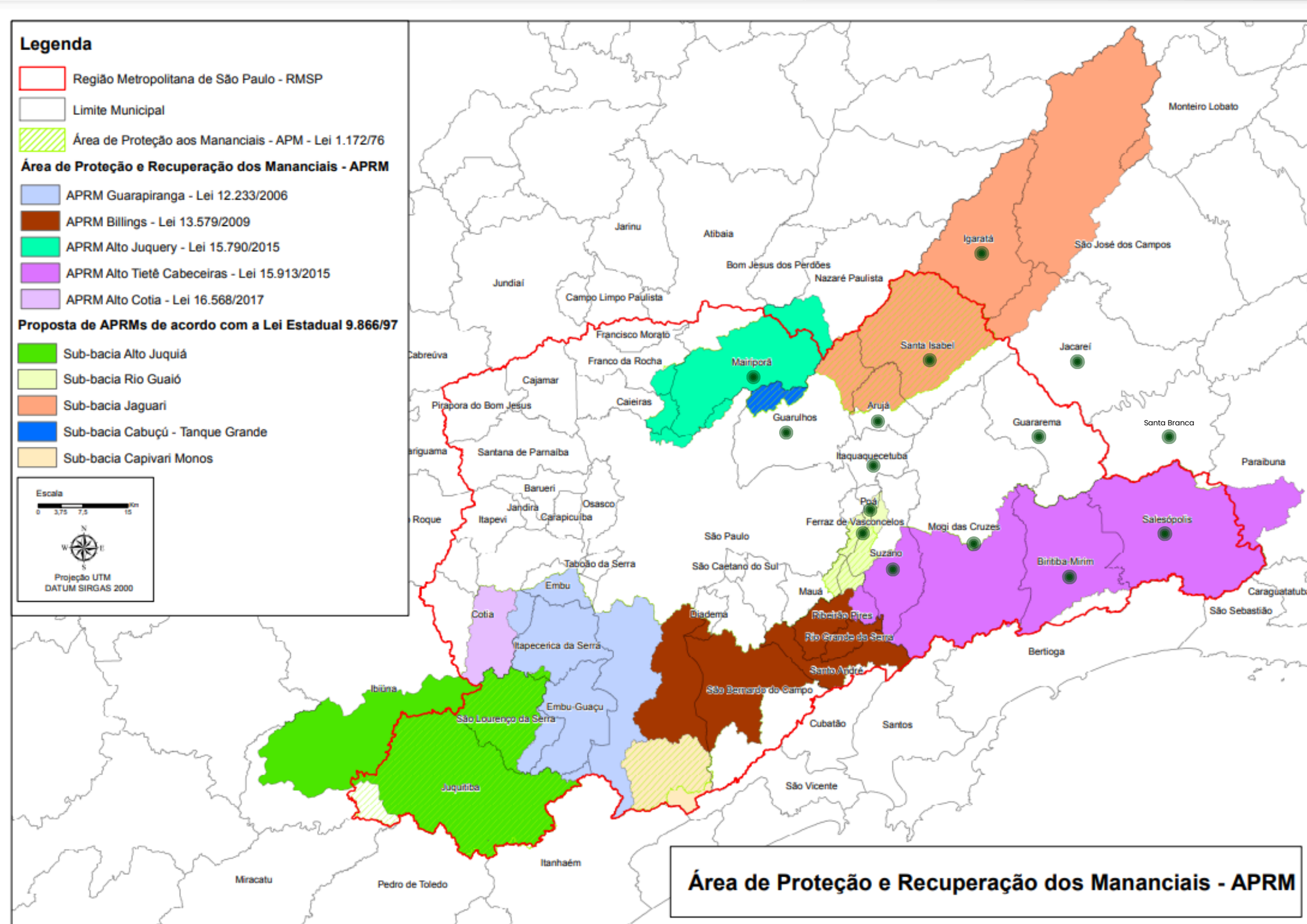
ÁREAS DE MANANCIASIAIS

APRM Alto Tietê Cabeceiras (Lei 15.913/2015)

● Cidades do CONDEMAT+

10 Municípios na Sub-bacia Alto Tietê Cabeceiras:

1. Arujá
2. Biritiba
3. Ferraz
4. Itaqué
5. Mogi
6. Poá
7. Salesópolis
8. Santa Isabel
9. São Paulo
10. Suzano





PROBLEMA IDENTIFICADO

A restrição ao uso do solo gera impactos diretos sobre o **desenvolvimento socioeconômico** dos municípios. Dentre os principais efeitos observados destacam-se:

- Limitação da expansão urbana e produtiva
- Redução do potencial de arrecadação
- Restrição à diversificação econômica






-  benefício do conjunto da sociedade
-  custo de oportunidade territorial

EVIDÊNCIA TÉCNICA

Municípios com **maior proporção de território** inserido em áreas de proteção apresentam **desempenho econômico inferior** quando comparados a municípios com características semelhantes sem tais restrições.

A análise evidencia:

-  **↓ Redução significativa do PIB local**
-  **↓ Menor dinamismo econômico**
-  **↑ Maior dependência de transferências intergovernamentais**

OBJETIVOS DO PROJETO

O objetivo principal é a estruturação de um **modelo de compensação financeira (CFLPM)** para municípios afetados por:

- Reservatórios de abastecimento público
- Áreas de proteção e recuperação de mananciais

Objetivos específicos:

- Mensurar o custo de oportunidade territorial
- Avaliar a viabilidade jurídica da compensação
- Simular diferentes mecanismos de financiamento
- Propor um modelo institucional aplicável



METODOLOGIA

O estudo foi desenvolvido a partir de quatro eixos principais:

1. Análise econômica

- Estimativa do custo de oportunidade
- Comparação entre municípios

3. Simulação de cenários

- Testes de fontes de financiamentos
- Avaliação de impacto distributivo

2. Análise jurídica

- Levantamento da legislação aplicável
- Avaliação de viabilidade normativa

4. Proposição de modelo

- Estrutura institucional
- Diretrizes para implementação

ALTERNATIVAS ANALISADAS

Foram avaliadas diferentes alternativas de compensação financeira, considerando sua viabilidade técnica, jurídica e institucional:

1. Revisão dos critérios de distribuição do ICMS (Lei nº 3.201/81)

- Inclusão de áreas de mananciais e reservatórios nos critérios de distribuição
- Impacto indireto e de natureza redistributiva

2. Aplicação e revisão da Lei nº 9.146/95

- Instrumento específico de compensação financeira
- Necessidade de regulamentação e atualização

3. Utilização de recursos FEHIDRO e da cobrança pelo uso da água

- Possibilidade de destinar parcela dos recursos
- Limitação quanto à finalidade do fundo

4. Implementação de mecanismos de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA)

- Remuneração por serviços ambientais prestados
- Aplicação complementar e localizada

5. Incremento na tarifa de abastecimento público (Tarifa de Água)

- Vinculação direta ao benefício gerado
- Impacto social e necessidade de regulação

SIMULAÇÕES

Foram desenvolvidos diversos cenários considerando:

- Inclusão de diferentes variáveis (APRM, reservatórios, população, etc.)
- Variação de pesos entre critérios
- Diferentes fontes de financiamento
- Combinação de instrumentos

As simulações permitiram avaliar o potencial de compensação em cada alternativa.



RESULTADO PRINCIPAL

Os resultados indicam que:

- Nenhum mecanismo isolado é capaz de compensar integralmente o custo de oportunidade
- Mesmo a combinação de instrumentos apresenta limitações financeiras
- Há necessidade de estruturação de um modelo integrado

 **CONCLUSÃO TÉCNICA**

**A compensação deve ser construída
a partir de um arranjo híbrido de
instrumentos**

PRODUTOS

O projeto resultou na consolidação de:

- Diagnóstico socioeconômico e territorial
- Estudo jurídico estruturado
- Simulações financeiras de cenários
- Propostas de modelos de compensação
- Minutas de instrumentos legais

Esses produtos constituem base técnica para formulação de política pública.

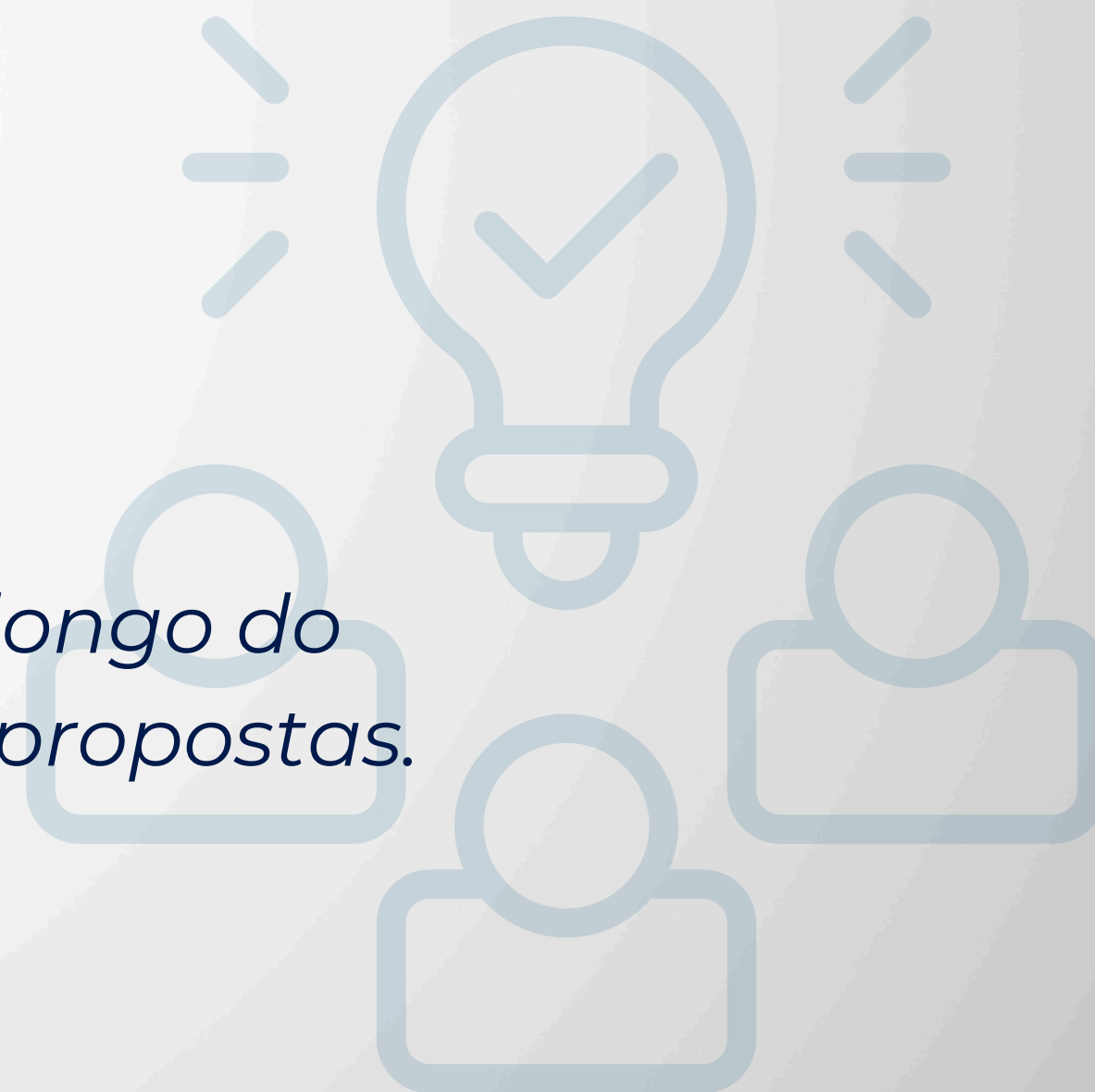


PROCESSO PARTICIPATIVO

O desenvolvimento do projeto contou com interação com as instâncias do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos:

- Câmaras Técnicas (CTPA e CTGI)
- Subcomitê Alto Tietê Cabeceiras (SCBH-ATC)
- Plenária do CBH-AT

As contribuições recebidas foram incorporadas ao longo do processo, contribuindo para o aprimoramento das propostas.



APONTAMENTOS ✓

Durante as discussões, foram levantados pontos relevantes para a continuidade da proposta:

✓ 1. Uso de recursos

- Necessidade de preservar a finalidade dos recursos do FEHIDRO

✓ 2. Critérios de distribuição

- Definição de parâmetros técnicos objetivos

✓ 3. Governança

- Estrutura de controle e prestação de contas

✓ 4. Base Legal

- Necessidade de ajustes normativos

✓ 5. Sustentabilidade Financeira

- Garantia de fontes estáveis de financiamento

DIRECIONAMENTOS

Com base nos resultados e nas contribuições do Comitê, destacam-se os seguintes caminhos:

- Estruturação de modelo híbrido de compensação
- Definição de critérios técnicos e indicadores
- Separação entre compensação financeira e investimento
- Aperfeiçoamento da base legal
- Avaliação da implementação de projeto piloto

PRÓXIMOS PASSOS

Para continuidade da proposta, sugere-se:

- Consolidação técnica do modelo
- Instituição de Grupo de Trabalho no âmbito do CBH
- Definição de critérios e metodologia de aplicação
- Estruturação de piloto em municípios selecionados
- Avaliação e ajustes para eventual ampliação



CONCLUSÃO

O projeto permitiu consolidar **evidências técnicas** sobre os impactos das restrições territoriais nos municípios produtores de água.

Mais do que propor uma solução única, o estudo estabelece **bases para a construção de um modelo de compensação** viável, a ser desenvolvido de forma progressiva e participativa no âmbito do Comitê.



JUNTOS PELO DESENVOLVIMENTO!



Av. Vereador Narciso Yague Guimarães, 1.145,
9º andar – sala 901, Centro Cívico,
Mogi das Cruzes (SP)

Administrativo: (11) 4652-3413
Adriano Leite: (11) 99617-2598
Mara Flôres: (11) 99433-2269

condemat@condemat.sp.gov.br
www.condemat.sp.gov.br